

Atlas Luiz Carlos
Comercializadora de
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de
2025**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	9
Demonstrações do resultado individuais e consolidados	10
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidados	14

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Senhores acionistas, a Administração da Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Efeitos do curtailment

Durante o exercício, o Grupo operou normalmente, estando conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e sujeita às determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 2025, a geração foi impactada por eventos de *curtailment* (redução/corte de geração por ordem do ONS), ocasionados por fatores externos à usina, como restrições do sistema elétrico e indisponibilidades em instalações de transmissão. Os principais impactos operacionais, financeiros e regulatórios desses eventos, bem como as políticas contábeis, julgamentos e estimativas aplicáveis, estão detalhados nas Notas Explicativas nº 1.2.

No exercício de 2025, o *curtailment* resultou nos seguintes impactos operacionais e financeiros:

Período	Projeto	MWh programados (a)	MWh gerados	MWh cortados	% corte (ii)	Receita bruta sem <i>Curtilment</i> (R\$) (i)	(-) <i>Curtilment</i> (R\$) (i)	Receita bruta com <i>Curtilment</i> (R\$) (i)
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	32.775	20.454	12.321	37.59%	10.183	(3.308)	33.991
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	32.643	20.372	12.271	37.59%	10.392	(3.294)	30.899
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	32.781	20.458	12.323	37.59%	9.751	(3.308)	31.014
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	32.781	20.458	12.323	37.59%	9.901	(3.308)	30.931
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	32.775	20.454	12.321	37.59%	10.413	(3.308)	30.853
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	32.775	20.454	12.321	37.59%	9.890	(3.308)	30.052
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	32.775	20.454	12.321	37.59%	8.964	(3.308)	30.361
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	32.781	20.458	12.323	37.59%	9.282	(3.308)	33.119
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	32.781	20.458	12.323	37.59%	9.196	(3.308)	36.769
Total:		294.867	184.020	110.847	37,59%	87.972	(29.758)	117.730

(i) Os dados acima apresentados, representam a receita de energia gerada pelas investidas indiretas da Companhia, no qual, a venda é integralmente destinada a Companhia, e por tanto, são eliminadas conforme determinado na política apresentada na nota explicativa nº 6.a.

(ii) Refere-se a média dos cortes

O percentual do efeito financeiro do *curtailment* em relação à receita bruta do Grupo foi de 25,27%, inferior ao percentual de corte energético (37,59%), devido à diferença entre o preço da energia gerada e faturada e o preço utilizado para estimativa dos efeitos do *curtailment*, baseado no valor médio mensal do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não reconheceu valores passíveis de compensação decorrentes de *constrained-off*, haja visto que os efeitos de *constrained-off* não

superaram os horários de franquia anual, conforme determinado na Resolução Normativa 1.030/2022.

O Grupo entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, no julgamento do Grupo, somente após a publicação e definição de todas as demais regras e mecanismos regulatórios estabelecidos e aprovados, é que o Grupo terá condição de decidir se aceitará ou não as condições que serão propostas, e assim reconhecer os demais valores reembolsáveis do *curtailment*.

A administração do Grupo, entende, mediante a interpretação das normas regulatórias vigentes, a existências de valores passíveis de ressarcimento decorrentes de *curtailment*, além dos já previstos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Administração do Grupo adotou medidas administrativas e judiciais para requerer o integral ressarcimento dos valores atinentes aos cortes de geração.

Uma das principais medidas foi a propositura de uma Ação Coletiva por meio da ABSOLAR e ABEEOLICA onde se questiona a legalidade da Resolução Normativa da ANEEL 1.030/2022 quanto aos cortes de geração de energia.

Cabe destacar que a Lei 15.269/2025, oriunda da conversão da Medida Provisória 1.304/2025 e detalhada na nota explicativa nº 1.3, ampliou significativamente os eventos elegíveis a compensação em comparação com as normas regulatórias anteriores. A nova legislação passou a incluir todas as Indisponibilidades Externas e eventos relacionados a Razões de Confiabilidade, o que tende a resultar em acréscimo nos valores passíveis de compensação desde o início de operação do Grupo, além daqueles já apresentados anteriormente.

Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Paracatu, 31 de março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da

Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de

Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita de Venda de Energia Elétrica

Veja as notas 06 e 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas reconheceram Receita de Venda de Energia Elétrica no montante de R\$123.831 mil na controladora e R\$208.592 mil no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>As receitas da Companhia e suas controladas são oriundas principalmente de comercialização e fornecimento de energia elétrica aos consumidores livres. O reconhecimento da receita é realizado com base no fornecimento de energia, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia elétrica por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca destes bens.</p> <p>Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações e os potenciais efeitos sobre o registro contábil, bem como os riscos de que uma receita de venda de energia seja reconhecida sem que haja o cumprimento da obrigação de desempenho.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas no reconhecimento das receitas de venda de energia elétrica;• Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, onde confrontamos com os relatórios gerenciais da Companhia relativos à Receita de venda de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia comercializado, bem como o período de suprimento. Conferimos os procedimentos e as contabilizações do corte da receita de dezembro de 2025 realizados pela Companhia.• Realização de procedimentos, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de venda de energia elétrica. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de venda de energia, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de

expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Balancos Patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Caixa e equivalente de caixa	8	26.117	226	49.066	7.433	Fornecedores	16	45.367	243	69.031	218.403
Contas a receber	9	46.536	-	71.694	-	Obrigações fiscais		96	83	2.002	3.291
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	4.798	2.800	4.880	2.830	Debentures	17	108.531	-	108.531	-
Impostos a recuperar		1	5	860	154	Imposto de renda e contribuição social	24	113	-	2.271	14
Adiantamento a fornecedores	11	14	4.866	14	4.866	Dividendos a pagar	25	9.424	-	9.424	-
Dividendos a receber	25.c	14.407	-	-	-	Passivo de arrendamento	12	-	-	121	-
Despesas antecipadas	13	1.851	164	1.851	164	Outras contas a pagar	16	1.725	-	5.059	-
Total do ativo circulante		93.724	8.061	128.365	15.447	Total do passivo circulante		165.256	326	196.439	221.708
Investimentos em controladas	14	1.499.948	766.073	-	-	Debentures	17	724.074	742.814	724.074	742.814
Ativo de direito de uso	12	-	-	36.220	-	Passivo de arrendamento	12	-	-	36.099	-
Imobilizado	15	-	-	1.518.356	980.069	Provisão de desmobilização	18	-	-	21.987	-
Total do ativo não circulante		1.499.948	766.073	1.554.576	980.069	Total do passivo não circulante		724.074	742.814	782.160	742.814
						Patrimônio líquido	19				
						Capital social		674.085	54.358	674.085	54.358
						Reserva de lucros		30.257	-	30.257	-
						Prejuízos acumulados		-	(23.364)	-	(23.364)
						Total do patrimônio líquido		704.342	30.994	704.342	30.994
Total do ativo		1.593.672	774.134	1.682.941	995.516	Total do passivo e patrimônio líquido		1.593.672	774.134	1.682.941	995.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	20	123.831	-	208.592	-
Custos de operação	21	(118.219)	-	(139.202)	-
Lucro bruto		5.612	-	69.390	-
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(823)	(813)	(1.458)	(1.198)
Outras receitas operacionais	22	372	-	391	1
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		5.161	(813)	68.323	(1.197)
Receitas financeiras	23	8.919	19.823	10.198	20.106
Despesas financeiras	23	(11.912)	(41.960)	(12.045)	(42.016)
Resultado financeiro líquido		(2.993)	(22.137)	(1.847)	(21.910)
Resultado de equivalência patrimonial		61.281	(227)	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		63.449	(23.177)	66.476	(23.107)
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(404)	-	(3.431)	(70)
Lucro / (Prejuízo) do exercício		63.045	(23.177)	63.045	(23.177)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro / (prejuízo) do exercício	<u>63.045</u>	<u>(23.177)</u>	<u>63.045</u>	<u>(23.177)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>63.045</u></u>	<u><u>(23.177)</u></u>	<u><u>63.045</u></u>	<u><u>(23.177)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		16.765	(2.362)	-	-	(187)	14.216
Subscrição de capital	19.a	37.593	(37.593)	-	-	-	-
Integralização de capital social	19.a	-	39.955	-	-	-	39.955
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(23.177)	(23.177)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		54.358	-	-	-	(23.364)	30.994
Integralização de capital social	19.a	619.727	-	-	-	-	619.727
Lucro do exercício		-	-	-	-	63.045	63.045
Constituição de reserva legal	19 b	-	-	1.984	-	(1.984)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	19 c	-	-	-	-	(9.424)	(9.424)
Constituição de reserva de retenção de lucros	19 d	-	-	-	28.273	(28.273)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		674.085	-	1.984	28.273	-	704.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		63.449	(23.177)	66.476	(23.107)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes das atividades operacionais:					
Baixa de ativo imobilizado	15	-	-	21.453	-
Juros sobre debêntures	17	-	23.635	-	23.635
Correção monetária sobre debêntures	17	8.917	17.101	8.917	17.101
Custo de captação apropriado ao resultado	17	2.848	983	2.848	983
Resultado de equivalência patrimonial	14	(61.281)	227	-	-
Resultado ajustado		13.933	18.769	99.694	18.612
Redução / (Aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(43.759)	-	(69.462)	-
Contas a receber de partes relacionadas		(2.777)	6.227	(10.426)	1.141
Impostos a recuperar		4	2	(706)	(154)
Impostos de renda e contribuição social a recuperar		(1.998)	(2.798)	(2.050)	(2.827)
Despesas antecipadas		(1.687)	(164)	(1.687)	(164)
Adiantamento a fornecedores		4.852	(4.866)	4.851	(4.866)
Aumento / (Redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		45.126	4.715	(149.370)	4.715
Contas a pagar partes relacionadas		-	-	8.194	-
Obrigações fiscais		13	84	(1.289)	3.222
Outras contas a pagar		1.723	(14)	5.059	(116)
Caixa gerado pelas / (aplicado nas) atividades operacionais		15.430	21.955	(117.192)	19.563
Pagamento de juros de debêntures	17	-	(2.969)	-	(2.968)
Imposto de renda e contribuição social pagos	25	(291)	-	(1.174)	(57)
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividades operacionais		15.139	18.986	(118.366)	16.538
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aporte de capital em investidas	14	(601.531)	(757.652)	-	-
Cessão onerosa	15	-	-	44.498	46.220
Aquisição de ativo imobilizado	15	-	-	(496.781)	(798.294)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(601.531)	(757.652)	(452.283)	(752.074)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de debêntures	17	-	875.000	-	875.000
Pagamento de debêntures	17	-	(125.000)	-	(125.000)
Custo de captação de debêntures	17	(7.444)	(45.936)	(7.444)	(45.936)
Integralização de capital	19	619.727	34.362	619.726	34.362
Caixa líquido gerado pelas atividade de financiamento		612.283	738.426	612.282	738.426
Aumento / (redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		25.891	(240)	41.633	2.890
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	226	466	7.433	4.543
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	26.117	226	49.066	7.433
		25.891	(240)	41.633	2.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A., (“Companhia” ou “Controladora”) foi constituída na forma de capital limitado domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na Altura do KM 6 da LMG-690, área rural de Paracatu.

A Companhia foi constituída em 03 de janeiro de 2023 com o objetivo de realizar a comercialização e intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia elétrica produzidas pelas sociedades onde a Companhia detém participação.

As demonstrações financeiras abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo’).

As investidas iniciaram sua operação comercial em 30 de outubro de 2025, data em que o COD (*Commercial Operation Date*) foi emitido, passando a gerar energia em teste e a operar no mercado de curto prazo e com contratos bilaterais no Ambiente de Contratação Livre (ACL). De acordo com as práticas contábeis adotadas, o reconhecimento do início da depreciação dos ativos imobilizados ocorre apenas quando estes são considerados substancialmente prontos para uso. Esse marco foi atingido em 19 de dezembro de 2025, com a obtenção do *substantial completion*, momento em que os ativos foram transferidos para a conta de ativos em uso. Dessa forma, a depreciação dos ativos terá início a partir de 1º de janeiro de 2026.

1.1 Curtailment

As controladas indiretas da Companhia estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sujeita à programação centralizada e às ordens operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em determinados períodos, o ONS pode solicitar a redução/corte de geração, os quais regulatoriamente são denominados como *curtailment*. Ocorrem por razões externas às usinas e são classificados como:

- (i) Razões Energéticas ou (Excesso de Energia), ocorre quando a geração disponível supera a demanda do sistema,
- (ii) Razões de Confiabilidade (Estabilidade do Sistema), devido a restrição do sistema de transmissão de energia elétrica, ocasionado por condições operativas da rede elétrica e não por indisponibilidade dos equipamentos da Companhia; ou
- (iii) Indisponibilidades Externas (Razões Elétricas), ocasionadas por falhas ou intervenções em instalações de transmissão externas às usinas geradoras e aos seus sistemas auxiliares.

Tais eventos impactam o volume de energia comercializado e, conseqüentemente o valor da receita auferida. Conforme Lei 15.269/2025 (conversão da Medida Provisória 1.304/2025), os cortes ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023 por Indisponibilidades Externas e parte dos cortes decorrentes de Razões de Confiabilidade serão passíveis de compensação, incluindo os cortes ocorridos após a publicação da Lei em 25 de novembro de 2025.

Os detalhes das regras para classificação, apuração e compensação, dos cortes ocorridos até 25 de novembro de 2025, estão sendo discutidos por meio da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Companhia estabeleceu procedimentos operacionais de monitoramento e comitês específicos analisando recorrentemente os impactos financeiros do *curtailment* de forma retrospectiva e prospectiva, observando diversos cenários que possam afetar o cumprimento de suas obrigações e a rentabilidade do capital investido, e assim antecipar mecanismos de mitigação.

A Companhia entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, a Companhia determinou que irá deliberar em definitivo sobre esse tema, somente após a deliberação final por parte do Regulador, conseqüentemente, nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras.

1.2 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Companhia apresentou capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, negativo em 2025 em R\$ 71.532 (R\$ positivo em 31 de dezembro de 2024 em R\$ 7.735). O Grupo apresentou capital circulante líquido consolidado negativo em 2025, em R\$ 68.074 (R\$ 206.261 em 31 de dezembro de 2024) lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 63.045 (lucro de R\$ 23.177 em 31 de dezembro de 2024). Os lucros acumulados em 31 de dezembro de 2025 são de R\$ 28.273 (R\$ 23.364 de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, uma vez que as investidas entraram em operação em 2022 e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, se necessário, o acionista da Companhia poderá transferir recursos de modo a permitir o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia. A administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.3 Autorizações para exploração

As Controladas receberam autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, conforme apresentado no quadro abaixo.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada:

Usina	Companhia	CEG ANEEL	Período da autorização	Potência (MW)	Ambiente Contratação	Estado	Fase do Projeto
UFV Boa Sorte 9	Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049194- 2.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	ACL	MG	Operação
UFV Boa Sorte 10	Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049193 - 4.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	ACL	MG	Operação
UFV Boa Sorte 11	Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049195 - 0.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	ACL	MG	Operação
UFV Boa Sorte 12	Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049196 - 9.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	ACL	MG	Operação
UFV Boa Sorte 13	Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049197 - 7.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	ACL	MG	Operação
UFV Boa Sorte 14	Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049198 - 5.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	ACL	MG	Operação
UFV Boa Sorte 15	Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049199 - 3.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	ACL	MG	Operação
UFV Boa Sorte 16	Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049200 - 0.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	ACL	MG	Operação
UFV Boa Sorte 17	Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049201 - 9.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	ACL	MG	Operação

As Controladas terão suas operações dedicadas ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados diretamente com sua Controladora, com o início em janeiro de 2026 para suprir os contratos de venda firmados, pela Controladora, bilateralmente no ambiente de contratação livre.

2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhias controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas;
- d) Segregação da participação de não controladores. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição.

As demonstrações financeiras incluem, em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações financeiras da Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	País	Participação			
		31/12/2025		31/12/2024	
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP. Já com relação as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP). Importante ressaltar, que no caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (IFRS *Accounting Standards*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos correspondentes à construção de algumas de suas controladas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira que é mensurada ao valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Grupo é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 15:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 15:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025;

- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – Nota Explicativa nº18:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Instrumentos financeiros – nota explicativa nº 26:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros; e
- despesa bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

b) Imposto de renda e contribuição social

(i) Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

(ii) Regime de tributação pelo Lucro Presumido – Demais controladas

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

O Grupo iniciará a depreciação de seus ativos imobilizados mediante obtenção do *substantial completion* que indica que o parque está à disposição da administração para a geração de fluxos de caixa.

Em 19 de dezembro de 2025, as investidas emitiram o *substantial completion*, indicando, portanto, que as plantas fotovoltaicas se encontram substancialmente concluídas. Tendo em vista que a conclusão ocorreu ao final de dezembro de 2025, a primeira cota de depreciação está programada para 1º de janeiro de 2026.

O imobilizado em andamento registrado pelo Grupo corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, será de 30 anos, limitada ao prazo de autorização.

e. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

a) Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
-
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

c) *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

d) *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

a) Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito o Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

(ii) **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os ativos não financeiros do Grupo encontram-se em operação e não apresentam indicativos que o valor contábil possa não ser recuperável.

g. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso do Grupo os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

O Grupo adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 12,23% a.a.

h. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contêm cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 18.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

i. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente

suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

(a) Normas contábeis

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18/CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

(b) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras

Introdução:

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras do Grupo. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que

requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro do Grupo.

Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para o Grupo a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços do Grupo, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa do Grupo, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.
- **Sistemas e processos internos:** O Grupo precisará adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.
- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido do Grupo e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

O Grupo está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

No caso dos projetos estruturados sob contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements – PPAs*), o Grupo conta, em regra, com cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro que preveem mecanismos de recomposição em decorrência de alterações relevantes na legislação tributária. Tais cláusulas permitem, conforme o caso, o repasse dos impactos decorrentes da substituição dos tributos atuais pelo IBS e pela CBS, mitigando efeitos adversos sobre a rentabilidade originalmente contratada.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos bancário (a)	4.785	226	27.584	400
Aplicações financeiras (b)	21.332	-	21.482	7.033
Total	26.117	226	49.066	7.433

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em de 98,25% em 31 de dezembro de 2025 (92% em 31 de dezembro de 2024), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes – Receita – ACL (a)	43.755	-	69.462	-
Contas a receber de partes relacionadas (b)	2.781	-	2.232	-
Total	46.536	-	71.694	-

- (a) Referem-se as vendas da energia geradas pós COD, para atendimento de contratos de curto prazo firmados no ACL.
- (b) Referem a saldos de reembolso entre partes relacionadas conforme demonstrados na nota explicativa nº 25.

O Grupo entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos negociados no mercado de curto prazo. Adicionalmente, não são esperadas perdas e não há títulos vencidos.

10 Imposto de renda a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impostos de renda a recuperar (a)	4.798	2.800	4.880	2.830
Total	4.798	2.800	4.880	2.830

a) Refere-se a saldos de imposto de renda a recuperar provenientes de retenções de aplicações financeiras.

11 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores (a)	14	4.866	14	4.866
Total	14	4.866	14	4.866

(a) Refere-se a saldo de adiantamento a fornecedores para aquisição de serviços.

12 Ativo de direito de uso e arrendamento

As investidas da Companhia atuam como arrendatárias em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2024	Reconhecimento Inicial	Valor líquido em 31/12/2025
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques fotovoltaicos	-	36.220	36.220
Total do ativo	-	36.220	36.220

O prazo de amortização de direito de uso é limitado ao prazo remanescente da outorga de exploração. Em dezembro de 2025 as investidas da Companhia realizaram o reconhecimento inicial do arrendamento mediante a obtenção do *substantial completion*. A amortização do direito de uso iniciará em 1º de janeiro de 2026.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	2025	2024
Passivo de arrendamento	36.220	-
Total	36.220	-
Circulante	121	-
Não circulante	36.099	-

	Valor líquido em 31/12/2024	Reconhecimento inicial	Valor líquido em 31/12/2025
Passivo de arrendamento			
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	-	36.220	36.220
Total	-	36.220	36.220

Mediante reconhecimento do arrendamento, a taxa de desconto utilizada para tal é de 12,23% a.a.

13 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Seguros antecipados (a)	1.851	164	1.851	164
Total	1.851	164	1.851	164

(a) Refere-se basicamente a saldos de seguros firmados para cobertura de danos e avarias no processo de construção dos parques fotovoltaicos.

14 Investimentos

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	2025
<i>Investimentos em controladas</i>					
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	100%	198.608	7.880	7.880	198.608
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	100%	163.739	7.068	7.068	163.739
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	100%	161.866	6.658	6.658	161.866
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	100%	161.934	6.762	6.762	161.934
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	100%	164.288	7.425	7.425	164.288
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	100%	162.760	6.762	6.762	162.760
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	100%	163.848	6.209	6.209	163.848
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	100%	160.293	6.204	6.204	160.293
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	100%	162.612	6.313	6.313	162.612
Total		1.499.948	61.281	61.281	1.499.948
Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	2024
<i>Investimentos em controladas</i>					
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	100%	165.913	3	3	165.913
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	100%	66.178	(34)	(34)	66.178
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	100%	66.330	-	-	66.330
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	100%	69.009	(33)	(33)	69.009
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	100%	72.457	(33)	(33)	72.457
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	100%	79.332	(28)	(28)	79.332
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	100%	82.603	(34)	(34)	82.603
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	100%	81.336	(33)	(33)	81.336
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	100%	82.915	(35)	(35)	82.915
Total		766.073	(227)	(227)	766.073

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas Demonstrações financeiras, é como segue:

Composição do investimento	Part.%	31/12/2024	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de lucros	Juros capitalizados (ii)	31/12/2025
<i>Investimentos em controladas</i>							
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	100%	165.913	17.189	7.880	(1.870)	9.496	198.608
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	100%	66.178	82.655	7.068	(1.658)	9.496	163.739
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	100%	66.330	80.946	6.658	(1.564)	9.496	161.866
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	100%	69.009	78.254	6.762	(1.588)	9.497	161.934
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	100%	72.457	76.654	7.425	(1.745)	9.497	164.288
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	100%	79.332	68.758	6.762	(1.589)	9.497	162.760
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	100%	82.603	66.995	6.209	(1.456)	9.497	163.848
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	100%	81.336	64.711	6.204	(1.455)	9.497	160.293
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	100%	82.915	65.369	6.313	(1.482)	9.497	162.612
Total		766.073	601.531	61.281	(14.407)	85.470	1.499.948

Composição do investimento	Part.%	31/12/2023	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2024
<i>Investimentos em controladas</i>					
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	100%	1.139	164.772	3	165.913
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	100%	1.002	65.210	(34)	66.178
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	100%	897	65.433	-	66.330
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	100%	938	68.104	(33)	69.009
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	100%	938	71.552	(33)	72.457
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	100%	936	78.426	(28)	79.332
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	100%	936	81.702	(34)	82.603
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	100%	944	80.426	(33)	81.336
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	100%	924	82.027	(35)	82.915

Total

<u>8.648</u>	<u>757.652</u>	<u>(227)</u>	<u>766.073</u>
--------------	----------------	--------------	----------------

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, no contexto de seus investimentos em sociedades de propósito específico (SPEs) em fase de construção, capitalizou custos de empréstimos diretamente atribuíveis à formação de ativos qualificáveis, nos termos da CPC 20 – Custos de Empréstimos.

No período, os custos de empréstimos capitalizados totalizaram R\$ 85.470, correspondentes aos juros incorridos sobre debêntures no montante de R\$ 94.387, líquidos das receitas financeiras no montante de R\$ 8.917, auferidas sobre a aplicação temporária dos recursos captados, em conformidade com o disposto no item 12 do CPC 20 – Custos de Empréstimos.

A seguir resumo das controladas do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

31/12/2025	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	206.404	7.796	198.608	7.880
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	169.607	5.868	163.739	7.068
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	167.579	5.713	161.866	6.658
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	167.691	5.757	161.934	6.762
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	170.158	5.870	164.288	7.425
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	168.515	5.755	162.760	6.762
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	169.478	5.630	163.848	6.209
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	165.909	5.616	160.293	6.204
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	168.272	5.660	162.612	6.313
Total dos investimentos	1.553.613	53.665	1.499.948	61.281
31/12/2024	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	211.562	45.649	165.913	3
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	96.336	30.158	66.178	(34)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	96.487	30.157	66.330	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	96.457	27.448	69.009	(33)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	96.159	23.702	72.457	(33)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	95.919	16.587	79.332	(28)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	96.312	13.709	82.603	(34)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	95.785	14.449	81.336	(33)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	92.731	9.816	82.915	(35)
Total dos investimentos	977.748	211.675	766.073	(227)

15 Imobilizado

Conciliação do valor contábil

Custo de aquisição:	31/12/2023		Cessão	31/12/2024		Cessão	Juros	Baixa	2025
	Adições (a)	Adições (a)	onerosa (b)	Adições (a)	onerosa (b)	capitalizados	(d)		
Imobilizado em construção	10.051	1.016.238	(46.220)	980.069	496.781	(44.498)	85.470	(21.453)	1.496.369
Custo de desmobilização (c)	-	-	-	-	21.987	-	-	-	21.987
Total do imobilizado	10.051	1.016.238	(46.220)	980.069	496.781	(44.498)	85.470	(21.453)	1.518.356

- (a) As aquisições referem-se a serviços e materiais oriundos da construção da usina fotovoltaica;
- (b) Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo procedeu com cessão onerosa no montante de R\$ 44.498 (R\$ 46.220 em 31 de dezembro de 2024), inerente aos custos com construção de áreas comuns como subestação e redes de transmissão, para as Companhias abaixo:

	2025	2024
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE S.A	7.483	7.703
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE S.A	7.483	7.703
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A	7.483	7.703
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE S.A	7.483	7.703
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE S.A	7.483	7.704
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE S.A	7.483	7.704
	44.898	46.220

- (c) Reconhecimento inicial do custo de desmobilização, conforme descrito na nota explicativa nº 18; e
- (d) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, no contexto de seus investimentos em sociedades de propósito específico (SPEs) em fase de construção, capitalizou custos de empréstimos diretamente atribuíveis à formação de ativos qualificáveis, nos termos da CPC 20 – Custos de Empréstimos. No exercício de 2025, os custos de empréstimos capitalizados totalizaram R\$ 85.470, correspondentes aos juros incorridos sobre debêntures no montante de R\$ 94.387, líquidos das receitas financeiras no montante de R\$ 8.917, auferidas sobre a aplicação temporária dos recursos captados, em conformidade com o disposto no item 12 do CPC 20 – Custos de Empréstimos.

O Grupo avaliou que em 31 de dezembro de 2025, não existem evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

Em dezembro de 2025, o Grupo atingiu o estágio de “*substantial completion*”, ou seja, o ativo está substancialmente pronto para uso. Dessa forma, os ativos relacionados ao projeto serão transferidos para a conta de ativos em uso e passarão a ser depreciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

16 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e outras contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contratação de serviços (a)	15	243	22.035	218.403
Fornecedores de energia (b)	45.352	-	46.995	-
Total de fornecedores	45.367	243	69.030	218.403
Outras provisões com serviços (c)	1.726	-	5.061	-
Total de fornecedores e outras contas a pagar	47.093	243	74.091	218.403

- (a) Os saldos de serviços a pagar referem-se às contratações necessárias para o processo de construção do parque fotovoltaico.
 (b) Compra de energia para fornecimento de energia aos contratos de curto prazo firmados bilateralmente no ACL.
 (c) Refere-se a serviços de auditoria a faturar.

A informação sobre a exposição do Grupo aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 26.

17 Debêntures

	2025	2024
Saldo inicial	742.814	-
Debêntures tomados (principal)	-	875.000
Juros pagos	-	(2.969)
Correção monetária no período (i)	33.364	17.101
Pagamento de debêntures	-	(125.000)
Juros incorridos (i)	61.023	23.635
Custos incorridos no período	2.848	983
Custo de captação	(7.444)	(45.936)
Saldo em final	832.605	742.814
Curto prazo	108.531	-
Longo prazo	724.074	742.814

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, no contexto de seus investimentos em sociedades de propósito específico (SPEs) em fase de construção, capitalizou custos de empréstimos diretamente atribuíveis à formação de ativos qualificáveis, nos termos da CPC 20 – Custos de Empréstimos.

Em 17 de maio 2024, a controlada Altas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. realizou a sua 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública, pelo rito de registro automático, no volume de R\$765.000, exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, com prazo de vencimento em 12 meses e remunerada a 100% da taxa DI, acrescido de sobretaxa de 2.20% ao ano. Do volume total, a Companhia realizou o desembolso apenas de R\$125.000, os quais foram integralmente repagos em agosto de 2024, com os recursos captados pela 1ª emissão de debêntures simples, as quais os detalhes constam abaixo.

Em 28 de junho de 2024, a controlada Altas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. realizou a sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em 2 (duas) séries, no volume total de R\$750.000, sendo R\$200.000 para a primeira série e R\$550.000 para a segunda série, exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas. A primeira série possui vencimento em 12 anos, e a segunda série em 20 anos, ambas com carência de 2 anos. Ambas as séries são atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). Sobre o valor nominal unitário atualizado, a primeira série incide juros remuneratórios de 6.9708% ao ano, e a segunda série, 7,4150% ao ano. A Emissão foi caracterizada “Debêntures Verdes”, conforme parecer emitido pela Sustainable Fitch. A segunda série também contou ranking AA(bra), emitido pela Fitch Ratings.

Os financiamentos bancários estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) cujo eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da debênture captada, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação ambiental;
- Comprovar perante o agente fiduciário a correta aplicação dos recursos captados; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia.

Garantias prestadas

A emissão de debêntures tem como fiadores o Itaú Unibanco S.A. e o Banco Santander (Brasil) S.A., sendo que as fianças são aplicáveis somente a segunda série. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do agente fiduciário, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato de financiamento.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas da Companhia foram asseguradas pelas seguintes garantias:

- Sub-rogação de garantias reais:
 - penhor de ações e quotas da Companhia e SPEs, de titularidade dos sócios e da tomadora nas SPEs, respectivamente;
 - penhor dos equipamentos de titularidade da Companhia;
 - cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes advindos do Projeto de titularidade da Companhia e das contas relacionadas ao Projeto;
 - Garantia fidejussória prestada pela Afiançada (Luiz Carlos Comercializadora S.A.);
 - Compromisso limitado de aporte de capital na Companhia, pelos sócios;
 - Fiança bancária para diferença entre equity aportado e Aporte Total vigente até a comprovação do Aporte Total.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

<u>Vencimento em:</u>	<u>2025</u>
2027	41.950
2028	44.700
2029	36.700
2030	34.700
2031 até 2044	<u>566.024</u>
	<u><u>724.074</u></u>

18 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, as investidas da Companhia têm a obrigação de devolver os terrenos arrendados onde os parques encontram-se instalados nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em dezembro de 2025, as investidas da Companhia realizaram o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem das usinas fotovoltaicas e reconheceram como provisão para desmobilização o montante de R\$ 21.987, tendo em vista a obtenção do *substantial completion*, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término dos contratos de arrendamento, atualizando a valor presente por uma taxa definida em 9,96%.

O valor correspondente a desmobilização está registrada no ativo imobilizado e será amortizado mensalmente, com início em 1º de janeiro de 2026, até o vencimento da outorga.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte:

	2025
Saldo inicial	-
Reconhecimento inicial	21.987
Saldo final	21.987

19 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 674.085 (R\$ 54.358 em 31 de dezembro de 2024), representado por 674.085 mil ações (5.435.793 mil cotas em 31 de dezembro de 2024), nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas.

m 31 de dezembro de 2025 a Companhia subscreveu e integralizou R\$ 619.727 (R\$ 37.593 em 31 de dezembro de 2024), mediante transferência bancária realizadas pelas acionistas.

b. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou o lucro líquido de R\$ 63.045 (prejuízo de R\$ 23.177 em 2024). Em função disso, a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 1.984 (R\$ 0 em 2024).

c. Dividendos

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 9.424 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024), conforme demonstrativo abaixo:

	2025
Lucro líquido do exercício	63.045
Compensação de prejuízos acumulados	(23.364)
Base de cálculo - Reserva Legal	39.681
Reserva legal - 5%	1.984
Base de cálculo - Dividendos mínimos	37.697
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	9.424

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia destinou para reserva de retenção de lucros R\$ 28.273 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024). O saldo de reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 28.273 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

20 Receita operacional líquida

O Grupo gera receita apenas pela venda de energia elétrica produzida pelas usinas fotovoltaicas. A tabela a seguir apresenta a composição analítica por tipo de receita apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita contrato de energia (CCEE)	2.156	-	27.238	-
Receita contrato de energia (ACL)	131.992	-	192.897	-
Receita contrato de energia swap	2.306	-	4.290	-
	131.454	-	224.422	-
Impostos sobre venda	(12.623)	-	(15.833)	-
Total	123.831	-	208.592	-

Durante o exercício o Grupo gerou 117.801 MWh (0 MWh em 31 de dezembro de 2024).

21 Custos de operação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos do serviço de energia elétrica				
Compra de energia para revenda (a)	(123.093)	-	(133.414)	-
Compra energia CCEE	(4.688)	-	(6.335)	-
Custo de transmissão (b)	-	-	(5.521)	-
Custo energia swap	(2.010)	-	(3.460)	-
Operação e manutenção	-	-	(1.303)	-
Serviços Técnicos	-	-	(132)	-
Seguros	-	-	(609)	-
Encargo de uso da rede de energia elétrica (c)	11.572	-	11.572	-
Total	(118.219)	-	(139.202)	-

- (a) Refere-se a compra de energia de não partes relacionadas para cumprimento do contrato.
(b) Refere-se a gastos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão
(c) Refere-se a custos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão.

22 Despesas gerais administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas gerais e administrativas				
Contabilidade e auditoria	(69)	(65)	(702)	(487)
Assessoria e advogados	(133)	(15)	(134)	(13)
Taxas (a)	(457)	-	(458)	-
Outras despesas	-	(156)	-	(126)
Outros	(164)	(577)	(164)	(572)
Total	(823)	(813)	(1.458)	(1.198)

(a) Refere-se a PIS e COFINS sobre receitas financeiras

23 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras (i)	8.919	12.568	10.198	12.851
Variação cambial	-	2	-	2
Receitas com derivativos	-	7.253	-	7.253
	8.919	19.823	10.198	20.106
Despesa financeira				
Despesas bancárias	(157)	(166)	(258)	(199)
Resultado com derivativos	13	-	13	-
Carta de crédito	-	-	-	(23)
Perdas com derivativos	-	(74)	-	(74)
Juros e correção monetária sobre debêntures (i)	(8.917)	(40.736)	(8.917)	(40.736)
Variação cambial	-	(1)	-	(1)
Juros e multas	(1)	-	(33)	-
Variação cambial passiva	(2)	-	(2)	-
Custos de captação incorridos	(2.848)	(983)	(2.848)	(983)
	(11.912)	(41.960)	(12.045)	(42.016)
Resultado financeiro, líquido	(2.993)	(22.137)	(1.847)	(21.910)

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, no contexto de seus investimentos em sociedades de propósito específico (SPEs) em fase de construção, capitalizou custos de empréstimos diretamente atribuíveis à formação de ativos qualificáveis, nos termos da CPC 20 – Custos de Empréstimos.

No período, os custos de empréstimos capitalizados totalizaram R\$ 85.470, correspondentes aos juros incorridos sobre debêntures no montante de R\$ 94.387, líquidos das receitas financeiras no montante de R\$ 8.917, auferidas sobre a aplicação temporária dos recursos captados, em conformidade com o disposto no item 12 do CPC 20 – Custos de Empréstimos.

24 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025 o montante a pagar de imposto de renda e contribuição social é de R\$ 2.158 (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2024). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais é demonstrada como segue:

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício - controladora

Lucro real	2025	2024
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	63.449	(23.177)
Adições:		
Provisões não dedutíveis temporariamente	2	(17)
Exclusões:		
Resultado de equivalência patrimonial	(61.281)	229
Juros de Selic sobre créditos tributários	(371)	-
	1.799	(22.965)
Compensação de 30% dos Prejuízos acumulados	(540)	-
Base de cálculo	1.259	(22.965)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	404	-

A Companhia em 31 de dezembro de 2025 possui um saldo de R\$ 8.499 relativos a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro. A Companhia não tem expectativa de geração de lucro tributável, conseqüentemente não reconhece ativo fiscal diferido.

b. Valores reconhecidos no resultado do exercício - controladas

Apuração pelo lucro presumido	2025
Receita bruta	87.971
Presunção do imposto de renda - 8% (a)	7.038
Presunção da contribuição social - 12% (b)	10.557
Demais receitas - (a)	1.496
Base de cálculo do IRPJ (a)	8.534
Imposto de renda a alíquota de 15%	(1.280)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(663)
Total IRPJ	(1.943)
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	12.053
Contribuição social a alíquota de 9%	(1.084)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(3.027)
Alíquota efetiva (*)	34%

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida s demais receitas (d).

25 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta é a Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. e o controlador final é a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende salários, benefícios monetários e bônus. Para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram pagos a títulos de salários e bônus o montante de R\$ 3.617 (R\$ 3.603 em 31 de dezembro de 2024) pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A e compreende todas as empresas do Grupo Atlas.

c. Operações com partes relacionadas

	<u>Controladora</u> <u>Valores a receber</u>		<u>Controladora</u> <u>Valores a pagar</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>(i) Dividendos</u>				
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	1.870	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	1.658	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	1.565	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	1.588	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	1.745	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	1.589	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	1.456	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	1.455	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	1.482	-	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.	-	-	8.482	-
Votorantim Cimentos S.A.	-	-	942	-
Total	14.407	-	9.424	-
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>		
<u>(ii) Reembolso de custos compartilhados (i)</u>				
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	309	-		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	309	-		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	309	-		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	309	-		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	309	-		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	309	-		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	309	-		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	309	-		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	309	-		
Total	2.781	-		

	<u>Consolidado</u>	
	<u>Valores a receber</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>(i) Operações intercompany – Nacional (i)</u>		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 S.A.	372	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 S.A.	372	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 S.A.	372	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 S.A.	372	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 S.A.	372	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 S.A.	372	-
Total	2.232	-

	<u>Consolidado</u>	
	<u>Valores a Pagar</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>(ii) Dividendos</u>		
Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.	8.482	-
Votorantim Cimentos S.A.	942	-
Total	9.424	-

- (i) Refere-se a dividendos a receber e a pagar
- (ii) Refere-se aos montantes de contas a pagar e receber entre partes relacionadas. As controladas possuem contratos de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora. O critério de rateio se dá com base na capacidade instalada para cada Controlada em face do total. Os principais gastos compartilhados são:
- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
 - Despesas legais e advocatícias e seguros.

26 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

		Controladora			
		2025 – Valor contábil		2024 – Valor contábil	
Nota		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
	Caixa e equivalentes de caixa	8	21.332	4.785	- 226
	Dividendos a receber	25.c	-	14.407	- -
	Contas a receber	9	-	46.536	- -
	Total		21.332	65.728	- 5.092
Passivos					
	Fornecedores	16	-	45.367	- 243
	Debêntures	17	-	832.605	- 742.814
	Dividendos a pagar	19.c	-	9.424	- -
	Outras contas a pagar	16	-	1.726	- -
	Total		-	889.121	- 743.057
		Consolidado			
		2025 – Valor contábil		2024 – Valor contábil	
Nota		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
	Caixa e equivalentes de caixa	8	21.482	27.584	7.033 400
	Contas a receber partes relacionadas	9	-	71.694	- -
	Total		21.482	99.278	7.033 400
Passivos					
	Fornecedores	16	-	69.031	- 218.403
	Debêntures	17	-	832.605	- 742.814
	Passivo de Arrendamento	12	-	36.220	- -
	Dividendos a pagar	19.c	-	9.424	- -
	Outras contas a pagar	16	-	5.060	- -
	Total		-	952.218	- 961.217

		Controladora			
		2025 – Valor contábil		2024 – Valor contábil	
	Nível hierárquico do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	26.117	26.117	226	226
Contas a receber	Nível 2	46.536	46.536	-	-
Dividendos a receber	Nível 2	14.407	14.407	-	-
Total		87.060	87.060	226	226
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	45.367	45.367	243	243
Debêntures	Nível 2	832.605	832.605	742.814	742.814
Dividendos a pagar	Nível 2	9.424	9.424	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	1.726	1.726	-	-
Total		889.121	889.121	743.057	743.057

		Consolidado			
		2025 – Valor contábil		2024 – Valor contábil	
	Nível hierárquico do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	49.066	49.066	7.433	7.433
Contas a receber	Nível 2	71.694	71.694	-	-
Total		120.760	120.760	7.433	7.433
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	69.031	69.031	218.403	218.403
Debentures	Nível 2	832.605	832.605	742.814	742.814
Passivo de arrendamento	Nível 2	36.220	36.220	-	-
Dividendos a pagar	Nível 2	9.424	9.424	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	5.060	5.060	-	-
Total		952.218	952.218	961.217	961.217

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos

idênticos;

- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial e
- Risco de taxa de juros

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Por encontrar-se em fase pré-operacional o Grupo não apresenta exposição a tal risco.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	26.117	226	49.066	7.433
Total	26.117	226	49.066	7.433

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, o Grupo centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. O Grupo prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no

vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2025

	Valor Contábil	Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	74.091	74.091	74.091	-	-	-
Dividendos a pagar	9.424	9.424	9.424	-	-	-
Passivo de arrendamento	36.220	36.220	121	657	1.764	33.678
Debêntures	832.605	2.024.861	62.052	344.251	552.555	1.066.003
	906.696	906.696	74.091	208.151	208.151	416.303

31 de dezembro de 2024

	Valor Contábil	Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	218.403	218.403	218.403	-	-	-
Debêntures	742.814	742.814	-	742.814	-	-
	961.217	961.217	218.403	742.814	-	-

iii. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

iv. Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial proveniente dos compromissos em aportar recursos à suas controladas referentes as aquisições de ativo imobilizado para a implementação das usinas de geração. O risco deriva das oscilações entre o Real (R\$) versus Dólar Norte Americano (USD).

v. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos, financiamento e debentures em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros do Grupo e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pelo Grupo e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros	Variação 31/12/2025	Cenário Provável 31/12/2026	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices IPCA (a)	4,90%	4,96%	6%	7%	9%
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (b)	15%	12,25%	14,75%	18,44%	22,13%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Risco de redução (ativo)							
Financiamentos	IPCA	832.605	40.798	41.297	49.956	(62.445)	(74.934)
Aplicações financeiras	CDI	21.482	<u>3.169</u>	<u>3.961</u>	<u>4.753</u>	<u>2.376</u>	<u>1.584</u>

(a) *Índice de Preço ao Consumidor Amplo IPCA – Fonte: Boletim Focus*

27 Contingências

Em 31 de dezembro de 2025, com base em levantamento, avaliação e quantificação realizados por seus consultores jurídicos, o Grupo possuía contingência passiva classificada como perda possível, no valor de R\$ 80, referente a auto de infração lavrado em razão de suposto descumprimento e cumprimento intempestivo de condicionantes estabelecidas na licença ambiental relacionada à linha de transmissão. Foi apresentada impugnação ao referido auto de infração e, até a presente data, aguarda-se o julgamento do processo administrativo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas investidas não possuíam contingências passivas com avaliação de risco de perda classificada como provável, conforme avaliação de seus assessores jurídicos.

28 Informações complementares aos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fornecedores partes relacionadas	24	-	(5.593)	-	(5.593)
Fornecedores	16	-	-	-	217.943
Imobilizado	15	-	-	-	(217.943)
Integralização de capital social	19	-	5.593	-	5.593

29 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos do Grupo para os anos subsequentes.

	Consolidado					Total
	2026	2027	2028	2029	Acima 2030	
TUST/TUSD (a)	22.046	23.676	26.425	27.798	1.501.310	1.601.255
Seguros e garantias (b)	4.877	5.077	5.271	5.451	289.015	309.691
Contratos de (O&M) (c)	6.469	6.734	6.991	7.230	432.446	459.870
Arrendamento (d)	4.756	4.957	5.147	5.320	282.081	302.261
Outros (e)	9.939	9.601	9.100	10.042	365.723	404.405
Total	48.087	50.045	52.934	55.841	2.870.575	3.077.485

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, o Grupo irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2026 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2027/2027 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2026 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

b) Seguros e garantias

O Grupo possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

c) Contratos de operação e manutenção (O&M)

O Grupo possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

O Grupo possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros

O Grupo possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *